INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ – ICESPI

FRANCISCO ADALBERTO DE SOUSA

# O MAL MORAL NA HUMANIDADE NA CONCEPÇÃO DE AGOSTINHO

TCC - Filosofia - Trabalhos Monográficos

Cod. 5946
C 100
Sous. 725 m

ICESPI - Biblioteca
13.309 20/01/2021

Teresina

2018

FRANCISCO ADALBERTO DE SOUSA

# O MAL MORAL NA HUMANIDADE NA CONCEPÇÃO DE AGOSTINHO

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia do Instituto Católico de Estudos superiores do Piauí ICESPI, como requisito à obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.
Orientador Prof.: Mr. Pe. Walfran Rios da Costa.

Teresina

2018

Francisco Adalberto De Sousa

# O MAL MORAL NA HUMANIDADE NA CONCEPÇÃO DE AGOSTINHO

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
Licenciatura em filosofia

DATA DE APROVAÇÃO: ___/___/___

---

**Prof. Mr. Pe. Walfran Rios da Costa.**

---

**Professor (a) Examinador (a)**

---

**Professor (a) Examinador (a)**

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus da vida, à minha família, À Província São Francisco das Chagas do Ceará e Piauí, à Fraternidade São Benedito, aos colegas de turma, aos professores do ICESP, ao professor orientador Pe. Walfran Rios da Costa, à minha mãe Laura Lacerda de Sousa (de saudosa memória).

Crer para compreender e compreender para crer.

(Santo Agostinho)

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o Mal moral na humanidade na concepção de Agostinho, ao desenvolver o tema com base nos estudos, que visa o problema da Mal como consequência do Livre arbítrio na filosofia Agostiniana. O mal é um problema específico presente no pensamento de Agostinho, sua origem tem profunda relação com a responsabilidade humana pelos seus atos livres. Por isso, investiga-se como se dá a abordagem do tema feito por Agostinho e o papel que é desenvolvido pela noção de vontade. Compete perceber o problema da pesquisa com base nas seguintes questões: o mal realmente existe? Qual a sua origem? Qual a sua justificativa? Agostinho, filósofo medieval, aborda essa temática sob o ponto de vista cristão, afirmando que Deus é o ser supremo por excelência o qual contém a verdade e os preceitos que o homem poderá seguir para que seja feliz e possa alcançar a perfeição. A justificativa, tem o foco no problema da mal como consequência do Livre arbítrio, por perceber sua importância e relevância histórica na humanidade, numa perspectiva filosófica e social. O problema trabalhado e investigado é ao mesmo tempo amplo e abrangente, pois se faz presente de forma geral na humanidade e na vontade livre do agir do homem, isto é, na sua liberdade. O objetivo principal é destacar o ponto de vista antropológico e filosófico e estudar a questão do Mal moral na humanidade na concepção de Agostinho. O referido filósofo prova racionalmente e ao mesmo tempo demonstra que o mal não vem do Criador, e sim da criatura, através de suas livres escolhas. Agostinho partiu de uma concepção cristã para progressivamente chegar a uma determinada conclusão sobre a problemática do Mal presente na história, tanto no passado quanto no presente da humanidade, por meio do ser humano e seu Livre arbítrio. A presente pesquisa indica que a existência do sofrimento e de todos os males da humanidade tais como violência, injustiça, discriminação, são consequências do Mal moral, isto é, do pecado que está de acordo com a concepção do filósofo, no Livre arbítrio da vontade humana. Deus concedeu o Livre arbítrio ao homem como um bem que consiste no direcionamento para a verdade, e por meio dele, o homem é capaz de alcançar a Felicidade. Porém, quando o homem, em uma opção livre e consciente, se deixa levar constantemente pelos seus próprios desejos desordenados, pratica o mal que não deveria e se afasta do Sumo Bem que é Deus, pois a vontade humana é essencialmente livre e criadora e cria possibilidade no homem de afastar-se de Deus pelo mau uso de sua liberdade e por praticar o mal. Outros elementos fundamentais abordados pela pesquisa são o "bem e a paz" desenvolvidos ao longo do trabalho, que consistem como condição necessária de superação do mal, de bem-estar social da pessoa humana; e ao mesmo tempo, de acordo com o pensamento agostiniano, são elementos que nos direcionam para o definitivo, sumo e eterno Bem e sua contemplação: Deus.



**Palravas-chave**: Mal moral. Agostinho. Humanidade. Bem. Liberdade.

## RESUMEN

El presente trabajo consiste em uma investigación bibliográfica sobre el mal moral em la humanidade em la concepción de Agustín, al desarollar el ema com base em los estúdios, que apunta al problema del mal como consecuencia del libre albedrío em la filosofia Agustina. El mal es um problema específico presente em el pensamento de augustin, su origen tiene profunda relación com la responsabilidade humana por sus actos libres. Por eso, se investiga como se da el abordaje del tema hecho por Augustín y el papel que es desarollado por la noción de voluntad. Compete percibir el problema de la investigación sobre la base de las seguientes cuestiones: realmente ¿El mal existe? ¿Cuál es su origen? ¿Cuál es su justificación? Augustís, filósofo medieval, aborda esta questión desde el punto de vista Cristiano, afirmando que Dios es el ser supremo por excelência que contiene la verdade y loslos preceptos que el hombre podrá seguir para que sea feliz y pueda alcanzar perfección. La justificación, tiene el foco en el problema del Mal como consecuencia del libre albedrío, por percibir su importância y relevância histórica em la humanidade, desde uma perspectiva filosófica y social. El problema trabajado e investigado es a la vez amplio y extenso, pues se hace presente de forma general em la humanidade y em la voluntad libre del actuar del hombre, es decir, em su liberdad. El objetivo principal es destacar el punto de vista antropológico y filosófico y estudiar la quéstion del Mal moral em la humanidade em la concepción de Agustín. Este filósofo prueba racionalmente y al mismo tempo demuestra que el mal no viene del Creador sino de la criatura a través de sus libres elecciones. Agustín partió de una concepción cristiana para progresivamente llegar a una determinada conclusión sobre la problemática del mal presente en la historia, tanto en el pasado y en el presente de la humanidad por medio del ser humano y su libre albedrío. La presente investigación indicó que la existencia del sufrimiento y de todos los males de la humanidad como: violencia, injusticia, discriminación, son consecuencias del Mal moral, es decir, del pecado que está de acuerdo con la concepción del filósofo, en el libre albedrío de la voluntad humana. Dios concedió el libre albedrío al hombre como un bien que consiste en la dirección hacia la verdad, y por medio de él, el hombre es capaz de alcanzar la felicidad. Pero cuando el hombre en una opción libre y consciente se deja llevar constantemente por sus propios deseos desordenados, practica el mal que no debería y se aparta del Sumo Bien que es Dios. Porque la voluntad humana es esencialmente libre y creadora y crea posibilidad en el hombre de apartarse de Dios por el mal uso de su libertad, y practicar el mal. Otros elementos fundamentales abordados por la investigación son el "bien y la paz" desarrollados a lo largo del trabajo y que consisten como condición necesaria de superación del mal, de bienestar social de la persona humana; y al mismo tiempo, de acuerdo con el pensamiento agustiniano, son elementos que nos dirigen hacia el definitivo, sumo y eterno Bien y su contemplación, Dios.



**Palavras chave:** Mal moral. Agustín. Humanidad. Bien. Liberdad.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ..... 9
2 O MAL NÃO VEM DO CRIADOR, E SIM DA CRIATURA ATRAVÉS DE SUAS ESCOLHAS ..... 12
2.1 O Itinerário de Agostinho e aproximação ao problema do mal ..... 16
2.2 Agostinho e a sua adesão ao maniqueísmo ..... 18
2.3 Agostinho e sua adesão ao neoplatonismo ..... 19
3 O SER HUMANO EM SEU LIVRE ARBÍTRIO, E SUAS ESCOLHAS ..... 22
3.1 O mal na humanidade ..... 23
3.2 O Livre-Arbítrio da vontade humana ..... 24
3.3 A Violência Como Consequência do Mal ..... 27
4 A LIBERDADE COMO DOM DA PAZ E DO BEM. ..... 32
4.1 A vontade livre entre o bem supremo e os bens mutáveis ..... 37
4.2 A obra da redenção ..... 38
4.3 A lei moral e natural gera o bem ..... 39
4.4 O bem moral e a primazia do amor cristão relacionado com a ética de Agostinho ..... 41
CONCLUSÃO ..... 44
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 47

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o tema supracitado estuda e versa sobre o mal moral na humanidade na concepção de Agostinho. Ao desenvolver o tema com base nos estudos, dedicamo-nos ao problema do Mal como consequência do Livre arbítrio na filosofia agostiniana. O mal é um problema específico presente no pensamento de Agostinho e a sua origem tem profunda relação com a responsabilidade humana pelos seus atos livres. Trata-se de investigar o modo pelo qual se dá a abordagem do tema feito por Agostinho e o papel determinante que é desenvolvido pela noção de vontade. Agostinho nos mostra os caminhos percorridos por ele até a obtenção da resposta que julgava plenamente satisfatória, tanto para a razão quanto para a fé do problema do mal (NUNES, 2009, p. 13).

O objetivo principal deste trabalho é estudar a questão do Mal moral na humanidade de acordo com a concepção de Agostinho, demonstrando de forma precisa que o mal não vem do Criador, e sim da criatura através de suas escolhas; apresentar o ser humano em seu livre arbítrio, em suas escolhas; mostrar a violência como consequência do mal; trabalhar a liberdade, o bem e a paz, como dom do Criador à sua criatura.

Justifica-se a pesquisa científica, que segundo a concepção de Agostinho, o problema do mal tem um caráter filosófico, existencial e moral que atinge toda a humanidade. Constantemente, a sociedade e os seres humanos são afetados pelas consequências do mal: violência, exploração, intolerância, crueldades e diversas atrocidades. Partindo dessa temática, historicamente, muito se pode pensar e questionar sobre a questão do mal e suas diferentes concepções, com a finalidade de obter uma resposta precisa e positiva. Compete perceber o problema do mal com base nas seguintes questões: realmente o mal existe? Qual a sua origem? Qual a sua justificativa? Agostinho, filósofo medieval, aborda essa questão sob o ponto de vista cristão, afirmando que Deus é o ser supremo por excelência que contém a verdade e os preceitos que o homem poderá seguir para que seja feliz e possa alcançar a perfeição.

Com base nesse argumento, é possível perceber que a questão do problema do Mal moral como consequência do livre arbítrio, tem uma grande importância e relevância histórica na sociedade, em âmbito humano, filosófico e social. A problemática do mal, investigada, trabalhada e desenvolvida de forma contextualiza é, ao mesmo tempo, ampla e abrangente, pois se faz presente de forma geral na humanidade, bem como na vontade livre do homem, isto é, na sua liberdade.

Agostinho ao lidar com essa questão tenta explicar racionalmente que o mal está no livre arbítrio concedido por Deus. É por meio dele que o homem tem a possibilidade de pecar. O mal surge quando o homem, influenciado pelos seus desejos e paixões, opta por não praticar o bem, e, portanto, faz mau uso de seu livre arbítrio. Na concepção de Agostinho, Deus concedeu o livre arbítrio ao homem para que ele livremente possa seguir suas ordens e prerrogativas e alcançar a felicidade. Porém, quando o homem numa opção livre e consciente se deixa levar constantemente pelos seus próprios desejos desordenados, pratica o mal que não deveria e se afasta do Sumo Bem que é Deus. Pois, a vontade humana é essencialmente livre e criadora, e nela tem raízes que criam a possibilidade do homem afastar-se de Deus através de suas escolhas, podendo praticar o mal.

Agostinho faz sua abordagem de forma racional afirmando que o mal está inerente ao homem e às conseqüências de seu livre arbítrio, suas escolhas e má vontade, mas não à Deus que é infinitamente perfeito, bom e justo.

A metodologia deste escrito se dá com base na leitura e análise das seguintes obras: O Livre Arbítrio, Confissões e a Natureza do Bem de Agostinho, no qual o autor procura fazer abordagem do relato sobre a questão da problemática do Mal moral na humanidade, tanto no passado como também no presente da história, ou seja, no contexto atual da humanidade, levando em consideração a paz como o bem, em seu contexto a ser explorado ao longo do trabalho, principal argumento ao final da pesquisa.

Utilizam-se as fontes teóricas de análise qualitativa para melhor compreensão das obras estudadas, dentre elas foram utilizadas a leituras de artigos como Fundamentos éticos – morais da paz em Agostinho; a filosofia da paz em Agostinho e Recensões. O método proposto da pesquisa teve um dedicado e adequado tempo à leitura das obras mencionadas, além de anotações e análises das mesmas. Também foi indispensável o uso da internet como ferramenta virtual, que melhor possibilitou o acesso aos conteúdos.

A partir de todos esses referenciais teóricos, foi possível estruturar e ordenar as especificidades contidas nesse desenvolvimento. Ao desenrolar de todos esses passos no desenvolvimento da pesquisa, foi possível formular uma explicação com vertente filosófica, acerca da temática do problema da mal como consequência do livre arbítrio. No entanto, a pesquisa visa ampliar o problema da discussão, onde realiza, ao mesmo tempo, um enfoque sociológico e histórico, pois nessa perspectiva, o mal individual é ampliado pelo mal coletivo e seu poder provoca e gera efeitos e consequências irreversíveis e inesquecíveis na história da humanidade.

Agostinho após ter sido influenciado por outras teorias a cerca do problema do mal, foi capaz de elaborar uma resposta original para essa questão, levando em consideração a influência da visão cristã, recebida desde a infância através de sua mãe, Mônica e, sobretudo, após seu contato com Ambrósio, bispo de Milão. Para o filósofo, é importante mostrar que o mal não pode ser algo natural no contexto da criação, pois tudo provém de Deus que é infinitamente bom. Desse modo, ele percebe que o mal e sua origem só podem está no desvio voluntário do homem, que não sabe direcionar sua vontade segunda a reta razão, pois neste sentido, a razão é trabalhada como uma faculdade pela qual o homem percebe a reta ordem estabelecida pelo Criador, segundo a qual deve pautar suas ações.

Aurélio Agostinho, filósofo medieval, nasceu aos 13 de Novembro de 354 em Tagaste, importante cidade da Numídia. Seu pai Patrício era um africano romanizado, pequeno proprietário, decurião do município; pagão, ele se fez batizar na hora da morte. Sua mãe Mônica, era uma mulher cristã e piedosa que educou cristãmente o filho, que desde a infância demonstrou aptidão para a filosofia. Agostinho herdou do pai o temperamento sensual e impetuoso, e da mãe a ternura e a tendência para a contemplação mística.

## 2 O MAL NÃO VEM DO CRIADOR, E SIM DA CRIATURA ATRAVÉS DE SUAS ESCOLHAS

Para a resposta da investigação acerca do mal se faz necessário que haja anteriormente um esclarecimento com relação àquilo que está sendo tratado. Neste sentido, a discussão acerca da natureza do mal diz respeito ao mal moral que tem como conseqüência os outros males e sofrimentos da humanidade.

O problema do mal foi uma das inquietações de Agostinho e que mais tarde tornou-se uma questão de suma importância em seu pensamento filosófico, após a sua conversão ao Cristianismo, mais precisamente a respeito de sua origem. Agostinho muito se preocupava com o fato de o homem pecar. Buscava, pois, as razões disto e as encontrou primeiramente no maniqueísmo, seita fundada por Mani que, reunindo elementos do zoroastrismo e do cristianismo, oferecia uma via racional de acesso à verdade e uma metafísica de cunho fortemente materialista cujas ideias ele compartilhou por nove anos de sua vida. Não obstante, trabalhar esta questão nos remete a duas outras fundamentais, a saber, o que é Deus e o que é o homem. Nesta perspectiva de busca, Agostinho percebe claramente que o bem supremo é Deus. Ele é tudo o que não é natural, mas é condição necessária para que toda natureza seja boa, pois em Deus está a fonte do bem, a luz e a verdade. ( AGOSTNHO, 2005, p.9).

Agostinho confessa seu antigo interesse nesta busca e remete o seu pensamento ao passado Maniqueu. Neste sentido, parece que ele estaria apontando a falha de tal doutrina por meio de sua experiência de vida. "Tão ferido sob o peso de tamanhas e tão inconsistente fábulas que não fosse meu ardente desejo de encontrar a verdade, e se não tivesse conseguido o auxílio divino, não teria podido emergir de lá nem aspirar à primeira das liberdades, a de poder buscar a verdade". (AGOSTINHO, 1995, p.15),

Portanto, a falha apontada por Agostinho é ausência dos imperativos para o alcance da verdade, isto é, a vontade e o auxilio divino. É neste sentido que se alcança o ponto fundamental para toda filosofia agostiniana, a fé. Se não credes, não entendereis (postulado da fé extraído das escrituras). esta exortação é imprescindível para a solução daquele que poderia ser considerado o maior conflito gerado com a presença do mal na filosofia de Agostinho. Se Deus não é definitivamente o autor do mal, mas se o pecado procede dos seres por ele criado, então como não estabeleceu uma relação entre ambos?

O que é necessário para alcançar a solução de qualquer problema acima de tudo é a fé. Ou seja, crer na natureza de Deus e reconhecê-la como a mais excelente de todas para obter a misericórdia divina e só assim alcançar o entendimento daquilo que é almejado.

Agostinho confessa que tal problema gera para ele indagações inquietantes e pensamentos sufocantes. Pois se Deus é criador de todas as coisas e de todos os seres que existem, consequentemente há de ser também o autor do mal. contudo, é exatamente neste ponto que o problema persegue Agostinho. Sendo Deus por definição, um ser plenamente bom, perfeito e onipotente, então como é possível a existência do mal e qual é a sua origem se Deus que é bom, fez todas as coisas boas? (AGOSTINHO, 1984, p.173).

Segundo Agostinho, Deus criou todas as coisas a partir da matéria, onde estava contido o mal. Mas essa possibilidade ainda gera perguntas e não satisfaz Agostinho, que observa que se Deus é onipotente, ele poderia ter interferido nessa natureza má da matéria e modificado-a. Por fim, ele chega a uma conclusão: Deus criou as substâncias que existem, mas o mal não é uma substância. Portanto não é criação de Deus e sim, consequência do mau uso da liberdade humana.

Agostinho afirma que a divina natureza de Deus é reconhecida como tal pela fé, pressuposto para que toda a argumentação acerca do mal seja válida. Com efeito, conceber de Deus a opinião mais excelente possível é o começo mais autêntico da piedade e ninguém terá de Deus um autoconceito, se não crer que Ele é todo poderoso e crer ainda que Ele é o criador de todos os bens, aos quais é infinitamente superior, assim como ser aquele que governa com perfeita justiça tudo quanto criou, sem nenhuma necessidade sua, mas por absoluta bondade.

Agostinho analisa o significado de uma ação má, isto é, do que se trata de fato quando qualifica uma ação como má e quais são os critérios para tal qualificação. De acordo com o referido autor, uma ação pode ser classificada se aquilo que a motiva for uma paixão. Isso incita a uma discussão sobre as leis, com intuito de tornar claro até que ponto pode-se considerar a lei humana como juíza das ações do homem. Trata-se, então, das duas formas de leis propostas por Agostinho: a lei temporal e a lei divina. Para Agostinho, de acordo com a concepção cristã, os homens são seres finitos, corruptíveis e mutáveis, por esse motivo é necessário que sua lei seja da mesma maneira de modo que acompanhe as mudanças humanas. Em contraponto, a lei eterna é o fundamento da retidão e jamais poderá ser pensada como injusta e mutável. Deve-se ter como regra geral que tudo aquilo que possui existência justa e legítima na lei humana, advém da lei eterna e é em virtude dela que é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas. É por isso que o julgamento humano não pode

servir de fundamento para a qualificação das más ações. O único meio para se reconhecer uma má ação é encontrando a paixão que reside nesta ação. ( AGOSTINHO, 1995, p. 64).

Na concepção de Agostinho, o termo Paixão, aqui utilizado, deve ser entendido como algo que inspira os homens a um amor desordenado pelas coisas terrenas, o que o faz ter desde o início conotação negativa. Além disso, Ele diz que erram todos aqueles que buscam fora de si - nas coisas exteriores -o mal, pois é na paixão que está a malícia do adultério ou do sacrilégio, o que remete ao homem a mais uma noção de grande importância, a interiorização. Para Agostinho, é quando o homem se afasta das coisas exteriores, menos dignas de amor e apego e entra na sela de sua mente, que se estabelece um maior contato com Deus, ou seja, de certo modo, está mais próximo, e é por este mesmo meio que também se afasta de seu criador. Isto porque a intenção de uma ação, bem como as paixões, está no interior de cada homem, e não fora de si. Esta discussão incidirá no papel da vontade humana e, consequentemente, na real causa do pecado.

No entanto, ao tratar da vontade livre, Agostinho busca provar a soberania da razão humana, e com efeito, a superioridade do homem com relação às demais criaturas. Pois, é esta qualidade que mantém, quando usada de maneira correta, o homem no mais alto grau da escala dos seres. Neste sentido, o homem considerado por Agostinho como perfeitamente ordenado, é aquele que com o uso correto da liberdade aproxima-se mais de seu criador, e estando nesta situação, nada, nem mesmo Deus poderá forçá-lo a submeter-se às paixões. Nessa perspectiva, sábio é aquele a quem a verdade manda assim ser; ou seja, aquele cuja vida está pacificada na verdade e a vontade livre e consciente orientada para o sumo bem.

Portanto, é através do Livre arbítrio que o homem tem a possibilidade de realizar as ações boas, como também as más, isto é, a liberdade é a propriedade da vontade esclarecida pela razão, onde o Livre arbítrio é uma decisão soberana e a capacidade que possibilita aos homens produzirem como senhores, seus próprios atos. A partir daí surge a necessidade de uma discussão acerca do conceito de boa vontade.

Para Agostinho, a vontade é princípio de atividade que reside na natureza humana, uma implicação necessária pelo fato do homem ser dotado de razão. Neste sentido, todos os sentimentos são manifestações da vontade, tal como os afetos básicos da alma, a aceitação e a negação. Primeiro, a boa vontade está situada no exercício da escolha das coisas a serem amadas, e sendo que o fim último do ser humano é o regresso a Deus, esta vontade deve abster-se dos bens menos dignos, para viver uma vida reta e honesta, segundo os preceitos

divinos. Como diz Agostinho, é pela vontade que se deseja viver em retidão e honestidade para assim, atingir o cume da felicidade e da perfeição. (AGOSTINHO, 1995, p.67- 68).

Outro fator que caracteriza a presença da boa vontade no homem é o uso das virtudes cardeais, as principais entre as demais virtudes, são elas: prudência, fortaleza, temperança e justiça. A prudência é a virtude do conhecimento que o homem possui das coisas boas e más; a força é a disposição da alma pela qual são desprezados os dissabores e a perda das coisas que não estão em seu poder; a temperança, por sua vez, é o que reprime e mantém o apetite do homem do lado oposto das coisas que são desprezadas pela força e por fim, a última das virtudes, é a justiça pela qual é dada a cada qual o que lhe é devido. (AGOSTINHO, 1995, p. 138).

Desse modo, o homem que possui uma boa vontade, consequentemente, usa tais virtudes, como diz Evódio: confesso que encontramos facilmente naquela que tanto estima e ama a sua boa vontade todos essas quatros virtudes. (AGOSTINHO, 1995, p.59). Conclui-se, então, que é pela boa vontade que o homem leva uma vida louvável e é pela má vontade que o mesmo leva uma vida vergonhosa e infeliz. Assim, todo aquele que quer viver conforme a retidão e a honestidade, deve desejar pôr as virtudes acima de todos os bens passageiros da vida.

Porém, se é pela vontade livre que o homem leva uma vida feliz, porque alguém desejaria, então, viver uma vida infeliz e cheia de infortúnios? O que se pretende com esta primeira etapa desse trabalho nada mais é do o intento de afirmar a responsabilidade dos atos humanos. Agostinho dá o pressuposto básico para se alcançar a Felicidade: o homem deve viver de maneira reta e honesta no caminho desejado pelo Criador, privando-se dos bens corporais e terrenos considerando-os como indignos de amor. Para Agostinho, toda escolha voluntária implica em atos de justiça, isto é, em recompensas ou castigos, de modo que ao escolher, aproximar-se de Deus, o homem atinge a perfeição, e ao afastar-se dele, merece a desventura.

Segundo Agostinho, embora em certo aspecto, a existência do mal no âmbito das criaturas seja afirmado, isso não implica necessariamente, numa caracterização da natureza humana, ou das coisas terrenas como más. Pelo contrário, se pode confirmar de acordo com as palavras de Agostinho que nenhum ser vivo enquanto tal, é mau, e que todo ser mutável é também susceptível de perfeição. Pois, assim como o mutável pode ser mudado, do mesmo modo o que é perfectível pode receber uma perfeição. Todos os seres vêm de Deus e, por esse motivo, possuem consequentemente harmonia e equilíbrio, além disso, Deus criou todas as

coisas muito boas. (Gn,1,31). Portanto, o Mal moral na humanidade, compreendido racionalmente por Agostinho como uma privação do bem, não está no Criador, mas na criatura por Ele criado. Com isso, se pode afirmar que o mal como conseqüência do livre arbítrio, origina-se fundamentalmente da vontade livre do homem e consiste no mau uso da liberdade humana.

> Procurando-se traçar uma trajetória do pensamento de Agostinho, antes e depois de sua conversão, pode-se perceber como ele depara-se muito cedo com o problema do mal. Mesmo que não de forma sistemática, mas já na infância e juventude, o mal lhe aparece como uma questão intrigante e que o fez refletir desde a sua época de estudante. É importante perceber que em todo esse caminho ou processo de evolução do pensamento do filósofo, o problema do mal não é algo isolado, mas fruto de uma longa caminhada, de uma trajetória de questionamentos (NUNES, 2009, p.13).

## 2.1 O itinerário de Agostinho e aproximação ao problema do mal

Muitas vezes, ao longo de sua vida, Agostinho volta-se à reflexão sobre o problema do mal, elaborando passo a passo a sua argumentação. Em toda análise de seu pensamento, fica nítido o embate que o envolve desde muito jovem e lhe faz perceber o alcance e a seriedade dessa questão. Em suas Confissões, Agostinho reporta à sua infância e reflete sobre muitas de suas ações, nas quais deixa entrever como esteve envolvido com o problema do mal, desde essa época, identificando certas atitudes suas como más. Agostinho mostra que o mal não é um problema meramente sistemático, mas ao contrário deixa clara ser uma questão que envolve a vida e a sua própria experiência. Primeiramente, o hiponense sente e encara o mal como um problema humano. Antes de se defrontar com essa problemática, em seus escritos e cuidadosas argumentações, ele mesmo o sente e experimenta em sua própria carne.

> o mal se torna para agostinho, um problema tão próximo e instigante, que lhe provoca questionamentos e, consequentemente, o desejo de voltar-se a ele em escritos mais aprofundados. se na infância ou no tempo de juventude o mal ainda não se apresentava como um problema tão grave para agostinho, agora na maturidade, ao lembrar-se e relatar seu envolvimento progresso com o mal, percebe a força misteriosa que o envolvia e se vê perplexo diante dela (NUNES, 2009, p. 14).

O mal é uma questão filosófica que não só esteve presente no pensamento de Agostinho, mas também envolveu sua existência humana. Entretanto, como problema teórico ou preocupação sistemática e intelectual, a questão do mal vem à tona com a descoberta da

filosofia em sua juventude como estudante em Cartago, especialmente na ocasião da leitura do Hortensius de Cícero. A exortação feita por Cícero à sua filosofia mudou, de certa forma, a perspectiva de Agostinho. Ele viu e sentiu o valor de buscar a sabedoria, vindo a nutrir o ardente desejo de alcança-la.

> Segundo o programa normal do curso de minha vida, chegou-me às minhas mãos o livro de um tal Cícero, cuja linguagem, mas não o coração, é unanimemente admirada. O livro é uma exortação à filosofia e chama-se Hortêncio. Devo dizer que ele mudou os meus sentimentos e o modo de me dirigir a ti; ele transformou as minhas aspirações e desejos. (AGOSTINHO, 1984, p. 63).

Diante dessa leitura, o mal aparece para Agostinho como um paradoxo frente ao princípio eudemonístico despertado em seu coração pelo referido livro. Contudo, apesar de ter abrasado o seu coração, a leitura de Cícero, o que chocou Agostinho foi a proposta de Cícero, na qual ele coloca a felicidade apenas como uma busca racional, por caminhos exclusivamente racionais. Nesse sentido, se pode imaginar que, para Agostinho, educado no cristianismo, filho de uma mulher cristã fervorosa e, imbuído da ideia da época de que Cristo era a sabedoria de Deus, tornava-se difícil senão mesmo impossível aceitar a ideia de uma sabedoria desvinculada da verdade cristã.

> A ânsia de buscar uma resposta ao problema do mal continuava invadindo o pensamento de Agostinho e, como em Cícero, esta resposta lhe foi insuficiente, lança-se agora às Sagradas Escrituras, já que na própria leitura do Hortensius, sentiu a necessidade da sabedoria vinculada à verdade bíblica. Apesar de ter se desviado moralmente da fé cristã, Agostinho sempre manteve em seu coração uma forte convicção cristã. A chama do cristianismo sempre abrasou o seu coração e era natural que buscasse, em algum momento, a verdade que como auxílio na resolução dessa questão o ocupava em suas reflexões. É na Sagrada Escritura que ele vai buscar uma explicação especialmente, para o problema do mal. No entanto, ao ter lido Cícero, Agostinho sente uma ausência de cientificidade e uma dificuldade em ler, compreender e aceitar o conteúdo da Sagrada Escritura. (NUNES, 2009, p.16).

A revelação bíblica da Sagrada Escritura não traz uma metafísica do universal e necessário da salvação ao estilo do pensamento grego. Traz algo muito distinto. Traz a mensagem da salvação para o ser humano no concreto da história. Segundo (Nodari 2011), a consequência é que as doutrinas capitais da fé cristã estão na esfera de um acontecimento livre e pessoal que se desenvolve entre Deus e o homem. O cristão sabe pela fé que a humanidade não procede de uma normativa universal e necessária. Não é uma evolução imanente de uma

matéria interna e nem uma emanação ou desprendimento metafisicamente necessários de Deus. É de Deus que disse: Faça-se (Gn 1,3), e o mundo foi feito. A humanidade também, por sua vez tem sua origem na livre vontade do Criador. Façamos o homem à nossa imagem e semelhança (Gn 1, 26), e o homem passou a existir.

## 2.2 Agostinho e a sua adesão ao maniqueísmo

Quando chegou a Cartago para estudar retórica, Agostinho tinha o cristianismo como uma religião muito próxima e familiar, pois fora educado por sua mãe, uma fervorosa cristã. Contudo, o Cristianismo não era para ele algo muito enraizado em seu interior, de modo que ardesse de entusiasmo pela fé cristã.

A busca de Agostinho era por trilhar um caminho que o conduzisse para uma vida mais elevada. Essa foi a sua odisseia espiritual e intelectual. Ao desejo de descobrir onde se encontrava a verdade e como melhor alcança-la, aliviava-se a necessidade de achar uma solução para o problema do Mal no Universo. Essa era uma questão que em grande parte, atormentava sua mente. Assim, cansado da tentativa de buscar uma explicação para o problema que invadia e povoava sua mente, deixou-se levar pelos maniqueus, esperando encontrar uma resposta à questão.

> Portanto, o maniqueísmo exerce grande fascínio sobre Agostinho, posto que reúne em si o apreço pela sabedoria a ele tão caro, despertado anteriormente pela leitura do Hortensius de Cícero. A sabedoria era vista como uma verdade que se colocava superior à própria fé, podendo o homem chegar a essa verdade, por seus próprios esforços. O maniqueísmo se propunha a apresentar uma explicação do universo e da vida, principalmente uma solução para o problema do mal, que tanto preocupava Agostinho. (NUNES, 2009, p, 17).

O problema do mal, que se constituía como uma grande preocupação para Agostinho se fazia presente e era fundamental na visão maniqueísta. Assim, ele se deixa envolver neste emaranhado de ensinamentos e busca uma explicação para o problema que o atormenta e habita seu pensamento. Nesse sentido, percebe-se, então, que um ponto fundamental da doutrina maniquéia é a forma como enfrenta as questões morais ou como procura resolver o problema do mal no homem.

> Agostinho pensava ter encontrado uma resposta para esse problema, pois acreditou com intensidade que não era livre, mas que sua liberdade podia



UFPI BIBLIOTECA
13.309 20/01/2021

> identificar-se com uma parte de si mesmo, que era sua alma. Sendo assim, Agostinho compreende que o mal presente nele e em todo universo não estava relacionado a Deus, que em sua natureza é bom. O mal provinha de um princípio ontológico independente, o reino das trevas, tão poderoso quanto Deus, que impregnou e continua presente no universo. Além disso, enquanto estava com os maniqueus, Agostinho não via o mal como responsabilidade sua ou fruto de sua livre escolha, mas algo involuntário e inevitável, visto estar marcado pela parte má de sua natureza. ( NUNES, 2009, p.20).

A explicação maniquéia dispensava Agostinho de sondar o próprio coração, permitindo que desviasse sua atenção dos tormentos da própria consciência, facultando-lhe pensar sobre grandes temas do universo, enquanto fechava os olhos às coisas mais profundas, escondidas em seu interior. Enquanto esteve com os maniqueus, uma das questões que lhe pareceu satisfatoriamente respondida foi justamente aquela que o inquietou por um longo tempo: o problema do mal.

Mais tarde, porém, percebendo a insuficiência da doutrina maniquéia, especialmente após seu decepcionante encontro com Fausto [1], Agostinho abandonará gradualmente, o maniqueísmo a fim de refutar os argumentos maniqueus e, posteriormente, construir sua própria teoria para explicar a origem do mal.

### 2.3 Agostinho e sua adesão ao neoplatonismo

Ao entrar em contato com a "filosofia neoplatônica", Agostinho encontrou os instrumentos conceituais, a fé e verdade, para recuperar os princípios cristãos que mantinha latentes em seu coração. Também, o encontro com Ambrósio, bispo de Milão, iria culminar mais tarde, em sua conversão, permitindo que lhe pudesse construir sua própria explicação ao problema do mal ( NUNES, 2009,p.24). De Ambrósio, Agostinho aprendeu que Deus é Uno e Criador, e não uma substância corporal ou material, mas espiritual e incorruptível. Também aprendeu a dimensão da espiritualidade da alma e mudou seu posicionamento quanto à autoridade da Bíblia e ao prestígio da igreja Católica. Esses elementos trouxeram grandes mudanças na concepção e na solução do problema do mal. Enquanto ouvia atenciosamente os sermões de Ambrósio, Agostinho não deixava de se preocupar com grandes questões intelectuais, dentre as quais merece destaque a questão sobre a origem do mal.

No tempo em que fora maniqueu, este problema lhe parecera de fácil solução, uma vez que, segundo os maniqueus, o mal tem sua origem no princípio eterno das trevas. Porém,

[1] Um dos chefes da seita maniquéia, com quem Agostinho teve contado. Apesar de ter tido simpatia com ele, passou a discordar de algumas de suas teorias.

agora, com as pregações de Ambrósio, que apresentava um único Criador, o qual criou todas as coisas do nada, tanto as coisas corpóreas como as incorpóreas, o problema acerca da origem do mal intrigava ainda mais a alma sedenta de Agostinho. Contudo, mesmo em meio a tantos questionamentos e angústias, que envolvia sua mente, eis que lhe vem o que atribuiu, em suas Confissões, como sendo um consolo de Deus ou, como diz Agostinho, um "colírio de dores:"

> Tu, Senhor, permaneces para sempre, mas tua cólera contra nós não dura eternamente. Tu te compadeceste da terra e do pó, e quiseste reformar minhas deformidades. Com um aguilhão secreto provocas em mim a inquietude, para que eu me mantivesse insatisfeito, até que te tornasses uma certeza ao meu olhar interior. Meu tumor diminuía ao contato misterioso de tua mão benfazeja. A vista perturbada e obscurecida de minha inteligência melhorava dia a dia, graças ao colírio de dores curativas. ( AGOSTINHO, 1984, p. 165).

Em contato com os neoplatônicos, Agostinho esclareceu seu pensamento fundamentado nas concepções platônicas, que estivera sempre na base de sua própria doutrina. Agostinho reconhece a importância do contato com a "filosofia neoplatônica". É preciso notar os muitos conceitos que, de alguma forma, serviram de base e alicerce para tratar a questão da origem do mal e como tais conceitos ajudaram-no a refutar e superar a doutrina dos maniqueus. Entretanto, ainda assim, o neoplatonismo não fora suficiente para que Agostinho desse uma resposta à questão do mal, mas serviu como caminho pelo qual pôde elaborar sua própria solução para este intrigante problema:

> Quiseste mostrar-me, antes de tudo, como fazes resistência aos soberbos e concede tua graça aos humildes, e como em tua misericórdia quiseste indicar o caminho da humildade, visto que teu Verbo se fez carne e habitou entre os homens. Tu me proporcionaste, através de um homem inflado de orgulho alguns livros dos platônicos, traduzidos do grego para o latim. Instigados por esses escritos a retornar a mim mesmo, entrei no íntimo do meu coração sob tua guia, e o consegui, porque tu te fizeste meu auxílio. (AGOSTINHO, 1984, p. 171-172; 175).

É nítida a importância do neoplatonismo para o pensamento de Agostinho. No entanto, é preciso ter em mente que, apesar d'Ele ter-se apropriado de muitas noções neoplatônicas, estas foram apenas um meio, um instrumento para que ele se lançasse e progredisse sempre mais em sua própria vivência e visão do cristianismo, especialmente naquela questão que tanto o preocupava: a causa de se praticar o mal (NUNES, 2009, p.30).

Nesse sentido, a conclusão que Agostinho chega é que o mal é a privação do bem. Sendo assim, o mal considerado em si mesmo, não existe. O mal é tratado como um problema moral que envolve, fundamentalmente, a responsabilidade daquele que pratica a ação. Portanto, para o bispo de Hipona, a causa do homem proceder mal está no Livre-arbítrio de sua vontade.

## 3 O SER HUMANO EM SEU LIVRE ARBÍTRIO, E SUAS ESCOLHAS

A certeza de que Deus era o Bem Supremo do qual procediam todas as coisas e de que d'Ele não podia proceder nada que fosse ruim, é um pressuposto elementar da filosofia agostiniana. Com esse pressuposto, Agostinho começa os seus trabalhos à procura da explicação da existência do mal na humanidade. Para ele, toda natureza era boa por ter sido criada por pelo Sumo Bem. Nesse sentido, o mal não passava de uma falta de um bem devido à natureza de uma criatura. O modo da resolução dessa questão, ou seja, que Deus é bom, mas o mal existe, é afirmar que o mal não é uma substância nem corpórea nem incorpórea. No trecho das Confissões se pode ver com clareza: procurei o que era a maldade e não encontrei substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema. Frente à constatação de que o mal não passa de um nada, ou seja, corresponde a um não ser, Agostinho afirma:

> Nenhuma natureza absolutamente falando é um mal. Esse nome não se dá senão à privação de bem. Mas dos bens terrenos aos celestiais e dos visíveis aos invisíveis, existem alguns bens superiores a outros. E são desiguais refutarmos todos aqueles que pretendem responsabilizar a natureza dos seres pelos pecados. (COSTA, 2010, p. 83).

O ser humano sempre será imputado de sua responsabilidade quando agir mal, ou seja, quando não agir em conformidade com a ordem das coisas criadas por Deus. Agostinho sustenta que há no homem uma vontade livre, e que do ponto de vista moral, deve ser utilizada para fazer o bem. Se isso não acontecer, ele será o principal responsável. Dessa maneira, a responsabilidade pela prática do mal moral, o pecado, é exclusiva do ser humano.

Portanto, quando Agostinho afirma que o mal moral é o pecado, ele não está reconhecendo o mal como uma substância, pois o mal continua sendo um não-ser. O mal tem aqui uma causa, que é a má vontade humana, que vista em si não é nada, pois se ela fosse necessariamente, teria de ter sido criada por Deus. O mal não passa do não-ser, o pecado, que não é nada mais do que o distanciamento do bem, por parte da vontade livre do ser humano. É uma consequência do pecado original. São, portanto, consequências do mal moral. A corruptibilidade do corpo não é causa, mas sim pena do primeiro pecado.

## 3.1 O mal na humanidade

Agostinho mostra que o mal físico, como a dor e o sofrimento, surgem em decorrência do mal moral: a resistência da vontade a um poder superior produz a dor da alma, e ao mesmo tempo, a resistência dos sentidos a um corpo mais poderoso provoca dor no corpo. Portanto, o mal físico não constitui uma nova modalidade de mal, mas sim, um desdobramento do mal moral. Mesmo diante da resposta que o mal não é uma substância, mas a ausência de um bem, surge uma nova questão: qual a causa do homem afastar-se do bem? Agostinho responde que o movimento de afastamento do homem do bem está ligado ao pecado.

> E esse movimento, isto é, o ato de vontade de afastar-se de Deus, seu Senhor, constitui sem dúvida o pecado. Porém, se pode designar a Deus como o autor do pecado? Não. E assim, esse movimento não vem de Deus. Mas de onde vem? Vem da vontade livre do homem. Pois é dentro do coração humano que procede ao mal moral e tudo aquilo que desagrada à Deus: as más intenções, imoralidades, roubos, assassínios, adultérios, maldades, inveja, calúnia ( MC 7, 21-23).

Diante dos princípios da moralidade através do qual o ser humano pela vontade livre e como um conhecedor da justa ordem das coisas criadas, escolhe entre elas, algumas coisas para serem apreciadas e outras para serem usadas. A vida moral do homem se mostra como uma sequência de atos individuais de escolha. No mundo existe uma hierarquia das coisas, onde algumas são para serem fruídas, por poderem em si fazer o homem feliz, e outras devem ser utilizadas para chegar aquelas que fazem o mesmo feliz. Quando o homem faz o uso ilícito de ambas, dá-se o nome de abuso, e o abuso é um pecado, um mal moral. (COSTA, 2010, p. 93).

Esta é a perfeição moral: por todas as potências intelectuais, sentidos e vontades, em tudo se deve orientar ao amor de Deus. O mal, portanto, não seria nada além do afastar-se desse caminho que leva a Deus, princípio de todo bem e perfeita felicidade. Desse modo, a causa da presença do mal na humanidade deriva do abuso do livre-arbítrio, dom concedido pelo Criador ao ser humano para que auxiliado por sua graça decida-se por Ele, o Sumo Bem. Nesse sentido, com a conclusão de que a origem do mal está no livre-arbítrio da vontade humana, então, Evódio o interlocutor de Agostinho, fez a mais natural de todas as perguntas:

> Mas quanto a esse livre-arbítrio, sobre o qual estamos convencidos de ter o poder de nos levar ao pecado, pergunto-me se Aquele que nos criou fez bem de no-lo te dado. Na verdade, parece-me que não pecaríamos se estivéssemos privados dele, e é para se temer que, nesse caso, Deus mesmo

> venha a ser considerado o autor de nossas más ações. Agostinho não concorda com tal posição de Evódio, e argumenta que mesmo que o livre-arbítrio sirva para pecar, a vontade livre, em si, é um bem. Para isso, usando de analogia, ele diz que: entre os bens corpóreos, encontra-se no homem alguns de que ele pode abusar, sem que por isso se diga que esses bens não lhes deveriam ter sido dados, pois reconhecemos serem eles um bem. Sendo assim, o que há de espantoso que exista no espírito também abusos de alguns bens, mas que, por serem bens, não puderam ter sido dados a não ser por Aquele de quem procedem todos os bens? (COSTA, 2010, p. 95).

Inteligentemente, Agostinho cita como exemplo as mãos, os pés e os olhos, como membros do corpo humano, com os quais o homem pode também pecar, cometendo atos cruéis e vergonhosos, mas nem por isso se pode dizer que não deveríamos tê-los. Por conseguinte, do mesmo como aprovar a presença desses bens no corpo e que, sem considerar os que deles abusam, louva o Criador, de igual vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios. Por sua vez, essa aversão e essa conversão não sendo forçadas, mas voluntárias, o infortúnio que se segue será um castigo justo e merecido. (COSTA, 2010, p. 97). Agostinho também afirma que não há como reprovar um vício sem de certa forma render louvores ao Criador de tudo. Se, pois, reprovar os vícios é proclamar a beleza e a dignidade das naturezas, mesmo atingidas de vícios, quanto mais deve Deus ser louvado como Criador de todas as naturezas, até por motivo dos vícios dessas naturezas.

Portanto, é justo reprovar o mau uso que se faz do livre-arbítrio da vontade humana, mas não o próprio livre-arbítrio em si, pois é um bem que Deus concedeu com um propósito: de por amor a Ele, livremente se possa escolher ser verdadeiramente livre em seu eterno amor e alcançar a plena felicidade.

### 3.2 O Livre-Arbítrio da vontade humana

Uma vez que Deus é o Sumo Bem, como declara Agostinho, não é possível que Ele seja o autor do mal. Essa causa deve ser, portanto, buscada nas ações humanas. Por isso pode-se compreender que essa questão não é de natureza ontológica, e sim antropológica. De fato, isso é algo inerente ao ser humano e está no âmbito mais profundo de suas ações. Nesse sentido, o bispo de Hipona, ao afirmar que o homem é o ser responsável pela sua livre escolha e decisão, isenta Deus de o autor do mal. Antes de sua conversão ao Cristianismo, o Bispo de Hipona buscou de forma errada a origem do mal, como ele mesmo relata em suas Confissões. Posteriormente, numa nova fase de sua vida, ele ao afirmar que essa problemática do mal está no homem e não no Criador, consegue adequar racionalmente sua resposta à doutrina cristã,

da qual ele se torna adepto e defensor. Segundo ele, a única fonte do pecado é o abuso do livre-arbítrio, ou seja, a má escolha feita pelo ser humano ao transgredir a ordem estabelecida pelo Criador de toadas as coisas.

> Assim, pois, a vontade obtém, no aderir ao Bem imutável e universal, os primeiros e maiores bens do homem, embora ela mesma não seja senão um bem médio. Em contraposição, ela peca, ao se afastar do bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, seja exterior, seja inferior. Ela volta-se para seu bem particular, quando quer ser senhora de si mesma, para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo (AGOSTINHO, 1995, p. 141).

Desde sua origem, ao longo da história da humanidade, o mal se apresenta como oposição ao bem e tem sua raiz no pecado, compreendido como mal moral. O mesmo está intimamente relacionado ao homem, que diferente dos outros animais, possui razão e inteligência para livremente escolher e decidir o que se deseja fazer. O homem é livre para fazer uso de sua vontade que deveria ser utilizada para o bem, porém, quando comete o pecado, ele se torna responsável por ele, uma vez que o comete voluntariamente. O pressuposto desta ação é sempre a liberdade, ou seja, mesmo que a escolha se mostre má o homem não escolheu por que foi obrigado por alguém ou por sua natureza, mas escolheu por vontade própria, como assim relata Agostinho:

> Cada um é responsável pelo que recebeu. Portanto, se o homem tivesse sido criado de tal modo que pecasse inevitavelmente, seu dever seria pecar. E ao pecar, portanto, faria o que devia, e não faria se não seguir a lei da natureza. Mas já que seria crime falar dessa maneira, segue-se que ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade. Com efeito, caso se sujeitar justamente a isso, seu pecado não está em que se sujeitou contra sua vontade. Mas com toda justiça o que não teria querido sofrer. Pois por outro lado, se o aceitasse injustamente, como pecaria? Efetivamente, o pecado não consiste em suportar alguma coisa injustamente. Posto que ninguém está forçado a pecar, nem por sua própria natureza, nem pela natureza de outro, logo só vem a pecar por sua própria vontade ( AGOSTINHO, 1995, p.203).

Sendo assim, o motivo que provoca todos os males e suas consequências não está na natureza, mas no pecado. O pecado é a ação contrária à vontade de Deus, e diz respeito a tudo aquilo que transgride à ordem da criação das coisas boas criadas por Deus. Agostinho em sua constante busca de fornecer uma explicação acerca do problema do mal, define o todo mal

físico como consequência do pecado original, cometido pelos primeiros seres humanos no inicio da criação da humanidade. O pecado da desobediência e da autossuficiência cometido por Adão teve como consequência, pelo próprio homem na corrupção de sua vontade, a expressão do mau uso do seu livre-arbítrio. Nesse sentido, o mal deve ser analisado como um princípio antropológico, pois o afastamento da vontade humana do bem é em si uma conduta má que gera consequências más.

Do ponto de vista do Cristianismo, este movimento de afastar-se do bem, está ligado ao pecado, ou seja, a origem desse movimento danoso não está numa natureza má, e sim na renúncia do homem cuja natureza é boa e tende ao seu Criador. Agostinho não diz que o problema do mal está nas coisas temporais, pois estas tendo sido criadas por Deus são, em si, boas, mas tal problema está no mau uso dessas coisas pelo homem. (SOUSA, 2018, p. 110)

> Assim, eis porque não é possível, de maneira nenhuma, prejudicar a natureza de Deus, nem prejudicar injustamente qualquer natureza que dele dependa, pois se atribui uma vontade má a quem, pelo pecado, a prejudica injustamente. Mas o poder que lhes permite fazer o mal não lhes vem senão de Deus que sabe, embora se ignorem o que devem sofrer aqueles a quem permite que prejudiquem os outros (AGOSTINHO, 2005, p.47).

Se Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio que dá a possibilidade de praticar o mal moral; Agostinho defende que Deus acertou, pois o livre-arbítrio é um bem, uma capacidade de escolher e querer ser bom. É esse querer, na compreensão do filósofo, que no sentido mais profundo de desejar, que faz o homem transcender a sua animalidade e ser bom e feliz. Portanto, o criador, em sua presciência conhece tudo o que acontecerá e, sabendo que o homem poderá cometer o pecado, não interfere na sua vontade; mas sendo justo não isenta de sofrer as consequências de suas más escolhas. Agostinho afirma que é justa a punição do homem por ter utilizado de forma equivocada o livre-arbítrio de sua vontade:

> Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim pode-se compreender logo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de deus. ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual

> ela lhe fora dada? visto que a conduta desse homem não seria pecado nem boa ação, caso não fosse voluntária. Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é deus. Conclusão, era necessário que deus desse ao homem vontade livre (AGOSTINHO, 1995, p. 74-75).

O homem necessita constantemente do auxílio da graça divina para não se afastar do Sumo Bem. No pensamento de Agostinho, a vontade corrompida pelo pecado original tende sempre a querer o mal. Por esse motivo, o homem necessita da cooperação do Criador, sem o qual, não poderá, iluminado apenas pela razão, rejeitar o mal e praticar o bem. Porém, a graça coopera com a liberdade humana prejudicada pelo pecado. Nesse sentido, Agostinho e a tradição cristã não definem a graça como um favor imerecido aos homens pelo pecado original, cometido pelo primeiro homem. Esse dom gratuito do Criador neutraliza a consequência da falta do primeiro homem. Pois, a vontade humana, uma vez que foi corrompida pelo pecado original, tornou-se incapaz de aproximar-se do bem e por conta desta fraqueza necessita do socorro da graça, da intervenção divina.

### 3.3 A Violência Como Consequência do Mal

Nesta etapa da presente pesquisa trata-se de fazer um trabalho voltado para a violência como consequência do Mal, atributo no qual agostinho teve seu mérito de mostrar a humanidade a natureza do bem.

Segundo Coutinho (2010) ao afirmar sobre o livre-arbítrio e o problema do mal, Agostinho,

> Em sua obra A Natureza do Bem, escrita em objeção à concepção de Mani no que diz respeito ao problema do mal e, consequentemente, à dualidade de princípios em que se fundamentam toda a ontologia e o sistema cosmológico da seita maniquéia, Agostinho demonstra preocupação em esclarecer que toda natureza é um bem, uma vez que procede de Deus e que o mal, não incluído entre os seres criados, é tão somente aquilo pelo qual se dá a corrupção do modo [modus], da espécie [*species*] e da ordem [ordo], que são os atributos constitutivos dos seres ou naturezas. (COUTINHO, 2010, p. 1).

Então, Agostinho atribui seu pensamento sobre a consequência do mal, segundo a seita dos maniqueus que se fundamenta no problema do mal, à qual soube contrapor. Ao afirmar

que toda natureza é boa por vir de Deus, a mesma natureza humana pode também se corromper pelo mal. Como se pode ver na realidade de hoje as consequências da corrupção política e social, que atinge a todos, talvez por não existir uma ordem do bem, mas seu fundamento na natureza perversa de políticos descomprometidos com a realidade do povo. Consequentemente vai gerando um mal a todos, atrapalhando o bem que vem de Deus, que era para ser praticado em prol da vida para todos.

Segundo Costa (2009, p. 2), o bem e o mal podem ter sua relação e interpretação em sua afirmação: "disto decorre, segundo Agostinho, que o próprio corpo é um bem; o mal é a forma errônea que pode ser utilizada pelo homem quando se deixa dominar pelas paixões e vícios, transgredindo dessa forma, o próprio bem criado por Deus." Então, deste modo, o bem passa por um corpo saudável, mas pode também sair do roteiro do bem, para ser dominado pelas paixões e interesses próprios ou de um grupo. A violência como Consequência do mal na humanidade, tem seu fundamento na vontade livre do homem que conscientemente se deixa levar por ambições desregradas e desejos de poder, ofendendo dessa forma, a dignidade humana do próximo e comprometendo a sua moralidade. Todas as formas de violências registradas em nosso meio, dizem respeito à moralidade dos atos humanos das paixões daqueles que optam em acreditar que uma pessoa que representa como exemplo, o Hitler, que trouxe prejuízos a humanidade, com interrupção do bem que muitos estavam tranquilos em existir, mas ao surgir o mal implantado por ele na época, gerou-se uma verdadeira catástrofe na humanidade. Assim o bem sofreu diante do mal, por meio de uma violenta guerra. Mas por outro lado, o mal e suas consequências, está profundamente enraizado na cultura de muitos povos e sistemas de governos; sobretudo, no que diz respeito ao mal da corrupção, que tem destruído muitos países e prejudicado muitas nações. A vida humana em consequência do mal tem sido muito ameaçada, mas a reação daqueles como: Francisco de Assis, Dulce dos pobres e D. Helder Câmara, são exemplos luminosos de pessoas que diante da violência e do ódio, fizeram bom uso do seu livre-arbítrio em vista de uma cultura da paz e do bem. Ambos também buscaram como Gandhi e Mandela a cultura da não violência ativa.

Em sua constante busca de solução à questão do mal, com a finalidade de se obter uma resposta com relação a mesma, Agostinho remete a uma filosofia cristã, segundo a qual, o mal é fruto de uma vontade desregrada do homem, enquanto responsável pelo dom recebido de seu Criador, o livre-arbítrio. Sendo o Criador o princípio e a origem de todo bem, não pode jamais ser considerado o autor do mal que, por sua vez, tem sua origem no livre-arbítrio da vontade humana. Portanto, o mal está relacionado com a responsabilidade do ser humano, ser

racional e livre que, ao mesmo tempo, auxiliado pela graça divina, deve buscar a plena felicidade, que está somente em Deus. Agostinho afirma que:

> Se nesta vida, marcada pela fraqueza na qual convinha que se aperfeiçoasse a virtude para reprimir a presunção, se nesta vida, repito, fossem deixados por conta de sua vontade para ficar, se quisessem, com a ajuda de Deus, indispensável para a perseverança, e Deus não atuasse sobre a vontade, esta sucumbiria devido à sua fraqueza, situados que estão no meio de tantas e tão sedutoras tentações. Portanto, não poderiam perseverar pelo fato de não quererem, ao serem vencidos, pela fraqueza, ou não terem a vontade necessária para serem capazes (AGOSTINHO, 1998, p. 125).

Portanto, a vontade deveria inclinar-se para os bens superiores, mas ela pode optar pelos bens inferiores, preferindo a criatura em detrimento do Criador. Por isso, é necessário o auxílio da graça que não suprime a vontade, mas auxilia o homem no bom uso de seu livre-arbítrio e ao mesmo tempo, favorece a disposição de sua liberdade de responsável e coerente.

Para reforçar o pensamento anterior sobre a liberdade responsável, compete também perceber que a graça ajuda a pessoa a superar o que é ruim e optar o bom uso do livre-arbítrio. Segundo Silva (2012) o livre arbítrio tem sua história teológica e filosófica com suas complexidades.

> Em princípio, a temática que envolve a e ao mesmo tempo desperta o historiografia teológica e filosófica detidamente plural e complexa. longo dos séculos tem estado preferencialmente pautada entre antagônicas e distintas. Isto é, problema da liberdade como humana, outros, por sua vez, caráter deterministas e predestinantes. (SILVA, 2012, p. 25).

Então, este processo de caminhada merece atenção, em relação aos temas teológicos e filosóficos, trazem a marca das diferenças de pensamento entre os teóricos com visões diferentes sobre o tema da liberdade responsável. Isso chega a ser uma força do bem para a humanidade superar a violência.

Pode-se então recorrer ao Evangelho que nos apresenta sobre a superação da violência, "parafraseando as palavras do Senhor Jesus, poderemos sintetizar assim a resposta que ele nos dá: dado que há um só Pai, que é Deus, vós sois todos irmãos" (SILVA apude Mt 23,8-9). Também sobre esta temática cita-se o

> Beato Paulo VI, em sua memorável *Populorum Progressio*, onde reafirma a completa exclusão da violência do ideal de sociedade coerente com a dignidade humana. São João Paulo II, na Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2002, recorda que "não há paz sem justiça, nem justiça sem perdão". (SILVA, 2018, p. 1).

Então, como afirma o Catecismo da igreja Católica sobre a dignidade da pessoa humana.

> A dignidade da pessoa humana se fundamenta em sua criação à imagem e semelhança de Deus (artigo 1); realiza-se em sua vocação à bem-aventurança divina (artigo 2). Cabe ao ser humano a livre iniciativa de sua realização (artigo 3). Por seus atos deliberados (artigo 4), a pessoa humana se conforma ou não ao bem prometido por Deus e atestado por sua consciência moral (artigo 5). As pessoas humanas se edificam e crescem interiormente: fazem de toda sua vida sensível e espiritual matéria de crescimento (artigo 6). Com a ajuda da graça, crescem na virtude (artigo 7), evitam o pecado e, se o tiverem cometido, voltam como o filho pródigo, para a misericórdia de nosso Pai do Céus (artigo 8). Chegam, assim, à perfeição da caridade. (CIC, 2000, p. 466).

Pode-se pensar sobre a dignidade da pessoa humana como o fundamento do bem, na caridade que nos aproxima da perfeição em busca do bem definitivo. Esta é à força do bem na superação do mal e obtenção da graça divina, tão pregada por Agostinho.

A violência humana, como consequência da vontade livre do homem se faz presente no cotidiano da existência e da contemporaneidade, nas mais diversas maneiras. Segundo Almeida, (2010, p.1) resolver e enfrentar tal problema consiste em buscar entender suas origens e suas manifestações. Em outras palavras, a violência sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (Almeida, p.7).

A violência contra as minorias é abordada na humanidade, e, sobretudo no Brasil, no que diz respeito à questão do negro e do indígena, sendo que é desenvolvida a partir de uma revisão histórica em nosso país ao realçar a presença de violências diretas e indiretas contra eles e a necessidade de políticas públicas de inclusão das minorias sob o risco de se tornar insustentável a convivência. Assim afirma Almeida:

> Vivemos em uma sociedade que aparenta ser livre, mas que se perde em novos tipos de aprisionamento resultantes do imobilismo, das velocidades das mudanças e do consumismo. Vive-se a perplexidade e aparente aceitação do status que é o revelador da passividade e da impotência na qual o ser humano se encontra. Há um tipo de violência social que gera o excluído e que dele quer se afastar e se isentar de responsabilidades atribuindo-lhe a condição de objeto pernicioso. Essa mesma sociedade que exclui nega a consciência de que é, também, parcialmente corresponsável nas condições geradoras da exclusão e formação do elemento criminal. Pode se ver que muito jovem não tem oportunidade de ser e de existir; condição essencial para a constituição do sujeito, e que lhes foi negada às vezes, até antes mesmo do seu nascimento. Miséria, desorganização familiar, descaso, além de desvios de verbas dos projetos sociais e da infraestrutura são avaliados

> pela impunidade e tolerância de esquemas políticos, governamentais e da própria sociedade (ALMEIDA, 2010, p.11).

Portanto, todos os males da humanidade e formas de violências que afeta o ser humano e sua dignidade, e que se faz presente em todos os âmbitos: políticos, econômicos, religioso, cultural e social da humanidade, como defende Agostinho, não é culpa de Deus, e nem está nele, mas é um problema de ordem moral, como consequência da vontade livre e consciente do homem, e do mau uso de sua liberdade.

## 4 A LIBERDADE COMO DOM DA PAZ E DO BEM.

Nesta parte fala-se da liberdade como dom do criador a sua criatura pela construção da paz e do bem, usam-se as seguintes teorias: Manhiça (2015), Catecismo da Igreja Católica.

Segundo Manhiça, "a palavra paz provém do termo latino *pax, pacis.* E a nossa concepção moderna da paz está ligada, embora sendo distinta, a algumas concepções clássicas da paz." (MANHIÇA, 2015, p. 2). Isso mostra que a paz desde os primórdios tem sua concepção com base na corrente latina. Prosseguindo o pensamento do autor: "então "a *pax romana,* por exemplo, era uma ordem imposta pela conquista e submetia os súditos de Roma aos *ius gentium.*"" Veja que uma paz imposta não é para nosso tempo uma paz, mas uma opressão. "e Roma tinha este interesse de subjulgar os povos com sua paz opressora. De acordo com Manhiça "esse tipo de paz, assim como as suas metamorfoses modernas, da entender que ela é uma ordem imposta pelos poderosos". (MANHIÇA, 2015, p. 1). Ainda hoje, sobretudo nos países chamados do Terceiro Mundo, como o nosso (...)." (MANHIÇA ,2015, p. 1), o que Roma queria era impor e em nosso tempo alguns países querem subjugar os outros com sua paz comercial e capitalista.

Segundo Manhiça, para Agostinho a paz deveria ser realizada por meio do bem, este sendo desejado diante da ordem imposta, sendo assim, para ele a paz não deve ser colocada no museu, mas na vida diante das ameaças de outros países, em relação a uma ação provocada por outra nação.

> [...] a prática da utilização da força militares para instaurar ou manter um poder político, mesmo quando difusamente considerado ilegítimo ou odiosos, comum. Em contrapartida, no capítulo XII, do Livro XIX, da sua principal obra da filosofia política- *De Civitates Dei* (413-426). Agostinho apresenta-nos a paz como um bem desejado em uma ordem imposta. A propósito, Agostinho salienta que o bem a que chamamos paz tal que nas coisas humanas n‹o é possível desejar outro mais alegre ou mais útil. Todavia, embora se trate de um bem universalmente desejado, ele permanece sempre um desafio porque está frequentemente ameaçado pela expansão contínua das paixões e desejos mesquinhos. Daí a necessidade sentida pelo Bispo de Hipona de identificar e qualificar as principais raízes que explicam a ausência ou a precariedade do precioso bem da paz. Atendendo e considerando que ainda hoje, a paz continua ameaçada, tanto no nosso país como em muitos outros quadrantes do mundo, por aquilo que Agostinho denominou paixões desordenadas e desejos mesquinhos, convido-vos, no a contemplar passivamente o pensamento de Agostinho, como se se tratasse da obra de arte colocada num muse u, mas, guiados por ele, convido-vos a considerar as raízes que frequentemente atentam contra a paz, no nosso país e em muitos outros países do mundo. (MACHIÇA, 2015, p. 2).

Seria como dominar as paixões desordenadas e dominantes de cada pessoa, para obter a paz tão almejada por meio de raízes do bem em lutar pela verdadeira paz bem mais preciosa em qualquer lugar, por ser uma forma de aplicar de verdade a paz dos povos.

Em relação a educação pela paz, Agostinho afirma segundo Manhiça, que a educação para a paz tem seu fundamento na cidade de Deus, por ser imortal, porque na vida humana não se alcança este ideal divino.

> Educação para a Paz Fundado naquela ontológica e imortal frase do capítulo XII, do Livro XIX de *De Civitates Dei*, que já citamos anteriormente e, segundo a qual, o bem a que chamamos paz é tal que nas coisas humanas não é possível desejar outro mais alegre ou mais útil, Agostinho procurou oferecer alguns críticos de ação para que a paz seja possível. O comportamento a ser adoptado para a educação e construção da paz é também conciliável com a natureza humana. (MACHIÇA, 2005, p. 3,)

Portanto, a educação pela paz passa pela construção da paz de fato, mas dentro da natureza humana, como é possível ver os trabalhos de muitos movimentos socias no Brasil, com sua busca pelos direitos humanos. E na luta por justiça para todos na a paz sendo fonte de justiça. Ou fruto da justiça de fato e direito.

Segundo o Catecismo da igreja Católica fala das virtudes teologais, como meio de pertença a natureza divina, pois trata-se de relação com a Santíssima Trindade, Deus uno e trino. para contribuir no seu agir moral em busca da vida eterna,

> [...] As virtudes humanas se fundam nas virtudes teologais que adaptam as faculdades do homem para que possa participar da natureza divina. Pois as virtudes teologais se referem diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade e têm a Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto. As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de agir como seus filhos e merecer a vida eterna. É o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade. (CIC, 2000, p.488).

Isso projeta na natureza humana uma ligação com Deus, a ponto de fazer uma oportunidade que aproxima Deus do homem pela natureza divina, ou seja, uma possibilidade de salvação do cristão pela Santíssima Trindade. Uma união perfeita e Uma e Trina, como numa vivência da moral cristã na busca da vida Eterna.

Em relação ao comparativo da lei temporal e os bens desejados, Agostinho, afirma que para salvaguardar a paz ele considera que os bens devam ser guardados, dentro de uma

possibilidade, ou seja, os bens corporais, como a saúde, a força, a beleza, os sentidos, as artes liberais, sendo também a liberdade (AGOSTINHO, 1995, p. 65),

> E por seu lado, a lei temporal, o que ordena ela a teu parecer senão que esses bens que os homens desejam e podem ter por algum tempo e considerá-los como seus, de tal forma que os possuam, a fim de que a paz e a ordem na sociedade sejam salvaguardadas? Isso o quanto for possível, tratando-se dessa classe de bens. Ora, eis quais são eles: em primeiro lugar, o corpo e os bens denominados corporais, tais como uma boa saúde, a integridade dos sentidos, a força, a beleza e outras qualidades das quais umas são inerentes às artes liberais, e por aí, mais desejáveis que outras de menor apreço. Em seguida, está o bem da liberdade. Sem dúvida, não existe verdadeira liberdade a não ser entre pessoas felizes, as quais seguem a lei eterna. Neste momento, eu refiro-me àquela liberdade dos que se julgam livres por não ter ninguém como senhores seus; ou aquela que é desejada por todos os que aspiram a ser libertados de seus senhores. Consideramos ainda como bens: os pais, os irmãos, o cônjuge, os filhos, os parentes, os próximos, os aliados, os servos e todos os que nos estão unidos por algum laço de convivência. (AGOSTINHO, 1995, p. 108-109).

Oportunamente o bem para o autor seria de fato as pessoas felizes, na sua liberdade, bem como os escravos se libertando dos seus senhores. Como também nas famílias a oportunidade de chegar a união entre todos, uma aliança de proximidade na família ou nas amizades.

Para ser feliz não deve haver dúvida sobre o bem supremo, mas uma possibilidade pela razão obter esta sabedoria como possibilidade de poucos possuírem, mas de forma diversa ao gosto de cada pessoa, ao poder de perceber e ver o que mais lhe aprecia, portanto, Segundo Agostinho,

> Na verdade, quisera que ninguém tivesse dúvida sobre o Bem supremo, assim como ninguém tem sobre a necessidade de se possuir esse Bem supremo, seja ele qual for, para ser feliz. Mas essa é uma grande questão que talvez exija outra longa exposição. Portanto, suponhamos que haja, com efeito, tantos bens supremos quantos os objetos distintos procurados por pessoas diversas, como sendo o seu bem supremo. Talvez, deverá seguir-se daí que a própria sabedoria não seja única e comum a todos, pelo fato de os bens que os homens vêm e escolhem nela serem múltiplos e diversos? Se crês isso, podes também, a intuição de Deus - acima da razão duvidar de que a luz do sol seja única, pelo fato de os objetos vistos por ela serem múltiplos e diversos. E entre essa multiplicidade de seres, cada um escolhe a seu gosto. Por exemplo, aquilo que alguém desejar pelo sentido da vista. Um olha com agrado a altura de um monte, e goza desse espetáculo. Outro prefere a regularidade da planície. Este, a profundidade dos vales. Aquele outro, o verde das florestas. Outro, a mobilidade da superfície do mar. E outro, finalmente, reúne todas essas belezas ou algumas delas simultaneamente, para a alegria de sua vista. (AGOSTINHO, 1995, p. 108-109).

Portanto, seria importante observar que Agostinho faz sua abordagem do bem como apreciação de algumas coisas, ou seja, cada um tem sua ótica de perceber pela razão uma determinada coisa, e apreende para si uma satisfação que possibilita enxergar com profundidade ou não. Possuir o bem é uma coisa e desejar outra coisa. Como o bem Supremo procurado tem diversos modos de ser.

Para Agostinho (2005), "o Bem Supremo é Deus. O que quererá dizer: ele é tudo o que não é natural, mas é condição para que toda a natureza seja boa. (0 leitor deverá atentar contudo que no léxico do autor «natura» é sinónimo de «essência»)." Esta é a essência da humanidade, provavelmente pode ser o ponto de abertura para compreender o bem totalizante ou supremo.

Agostinho, afirma sobre o Supremo bem, como sendo tudo acima de qualquer coisa, ou seja, o imortal, sendo sua origem nele, sendo ele de sua própria natureza, embora as coisas criadas são em sim mesmas, sem o ser ele próprio.

> O Supremo Bem, acima do qual nada existe, é Deus; por isso é um Bem imutável e também verdadeiramente eterno e imortal 1 • Todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele 2 . O que é da sua natureza é ele mesmo 3 ; as coisas que foram criadas têm nele a sua origem, mas não são o que ele é 4 . Por conseguinte, se só ele é imutável, todas as coisas que criou, pelo facto de criá-las do nada, são mutáveis. Porque ele é tão omnipotente é que pode fazer do nada, do que de facto nada é, coisas boas, grandes e pequenas, celestes e terrenas, espirituais e corpóreas s Mas como ele é também justo, não podia igualar o que fez do nada àquilo que gerou. Porque todas as coisas boas, quer grandes ou pequenas, em qualquer dos seus graus, não podem existir senão por Deus e toda a natureza, enquanto natureza, é um bem; nenhuma natureza pode existir senão pelo sumo e verdadeiro Deus. Realmente, todas as coisas não sumamente boas, mas próximas do supremo Bem, e ainda as piores, que estão mais afastadas dele, não podem existir senão pelo próprio Supremo Bem. (AGOSTINHO, 2005, p. 37-38).

Então, Agostinho apresenta o supremo Bem, como justo, sendo inigualável ao que ele próprio gerou. Sendo que as coisas boas o são em Deus. A natureza existe somente em Deus. Até as menos boas estão ligadas a Deus, embora afastadas, estão também no Supremo bem. Pode-se reportar a conversão se Agostinho, que antes estava afastado do bem, mas mesmo assim, o bem de Deus estava perto dele por sua mãe em suas orações. Hoje pode-se perceber diversas manifestações que não são consideradas boas, mas depois são por conveniência e entendimento de que Deus está presente em várias culturas.

A sustentação de compreender a autoridade divina vem de uma inteligência superior, por isso nas divinas escrituras a fé sustentada na razão, então, tudo foi feito por Deus. Segundo Agostinho (2005),

> Estas coisas que a nossa fé sustenta e que a razão perseguiu de certa forma, devem ser fortificadas pelo testemunho das divinas Escrituras, de modo a que quem não as puder atingir, em virtude duma inferior inteligência, creia na autoridade divina e assim as mereça compreender. Quanto àqueles que compreendem, mas são menos instruídos nas letras eclesiásticas, não pensem que nós as elucubramos pela nossa inteligência em vez de as termos lido naqueles livros. Assim, a respeito da imutabilidade de Deus, está escrito nos Salmos: •Tu modificarás as coisas e elas serão modificadas; tu porém, permanecerás sempre o mesmo» 50 E, no livro da Sabedoria, diz-se a respeito desta: «permanecendo em si mesma, renova todas as coisas» 51 • E o Apóstolo Paulo: «ao Deus único invisível e incorruptivel» 52, e o Apóstolo Tiago: «Ioda a dádiva exc Jlente e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luze,;, em quem não há mudança, nem sombra de variação 53 • E porque o que se gera de Deus é o mesmo que Deus, o Filho disse simplesmente: «Eu e o Pai somos um» 54 Porque o Filho não foi feito como o foram todas as outras coisas escreveu-se: <> 55 , isto é, nenhuma ·coisa foi feita sem ele. (AGOSTINHO, 2005, p. 18-19).

Deus uno nos dimensiona para compreender que o Filho está no Pai, como o pai está no Filho. Ou seja, tudo que existe vem de Deus. Deus o gerador do Filho, este gerado vem a ser a divina geração no Pai unido ao filho único. Onde ocorre toda renovação.

Ao falar do livre-arbítrio, Agostinho em seu diálogo com Evódio, afirma a excelência dos bens como bênção e bondade do Criador para com as suas criaturas (AGOSTINHO, p.138). Convém, porém, lembrar que não somente os grandes bens, mas também os pequenos, só podem provir daqueles por quem existem todos os bens, isto é, Deus. Tal qual foi a conclusão da qual ficamos convencidos da discursão precedente. Portanto, as virtudes pelas quais as pessoas vivem honestamente pertencem às categorias de grandes bens. As diversas espécies de corpos sem os quais se pode viver com honestidade, contam-se entre os bens mínimos. E por sua vez, as forças do espírito, sem as quais não se pode viver de modo honesto, são bens médios. Segundo Agostinho, as virtudes ninguém usa mal; todavia dos outros bens, isto é, dos médios e dos inferiores, pode-se fazer seja bom, seja mau uso. O motivo pelo qual ninguém usa mal das virtudes é que a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais se pode também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso.

> Assim Deus, na superabundância e na grandeza de sua bondade, pôs a disposição do ser humano não somente grandes bens, mas também bens

> médios e outros inferiores. Essa bondade divina deve ser glorificada de preferência pelos grandes bens doados, mais pelos bens médios do que pelos pequenos. Todavia, por todos eles, Deus deve ser glorificado. (AGOSTINHO, 1995, p.139).

## 4.1 A vontade livre entre o bem supremo e os bens mutáveis

Consequentemente, quando a vontade, esse bem médio adere ao bem imutável, o qual pertence a todos em comum, e não é privativo de ninguém, do mesmo modo aquela verdade da qual se tem dito tantas coisas, sem nada ter podido falar dignamente quando a vontade adere ao Sumo Bem, então o homem possui a vida feliz. Ora, essa vida feliz mesma é o que o espírito sente quando adere ao bem imutável. Este torna-se para o homem como um bem privativo, o principal de todos. Ele possui então, todas as virtudes, das quais não é possível usar mal (AGOSTINHO, 1995, p.140). Por outro lado, acontece que, se todos esses bens estão entres os maiores e principais no homem, entretanto eles são, o que se compreende facilmente, privativos a cada um e não comuns a todos. Com efeito, é graças à mesma verdade e sabedoria, que são comuns a todos os homens, que todos aqueles que aderem a ela tornam-se sábios e felizes.

> Mas segundo Agostinho, não é graças a felicidade de outrem que alguém adquire a felicidade, pois mesmo quando este, para vir a ser feliz, imita o primeiro, aspira tornar-se ser feliz pelos meios os quais vê que ele assim se tornou, a saber, pela verdade comum e imutável. Do mesmo modo, ninguém torna-se prudente pela prudência de determinada pessoa. Nem forte, nem temperante, nem justo, pela força, pela temperança ou pela justiça de outro homem. Mas sim, conformando seu espírito àquelas regras imutáveis, aqueles luzeiros de virtudes que subsistem inalterados numa vida incorruptível, no seio mesmo da verdade e da sabedoria, comum a todos. Regras às quais ele mesmo se conformou e uniu seu espírito, isto é, aquelas virtudes às quais se propõe imitar (AGOSTINHO, 1995, p.141).

Assim, pois, a vontade obtém, ao Bem imutável e universal, os primeiros e maiores bens do homem, embora ela mesma não seja senão um bem médio. Em contraposição, ela peca, ao afastar-se do Bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, quando quer ser senhora de si mesma; para um bem exterior, quando se aplica a apropriar-se de coisas alheias, ou de tudo o que não lhe diz respeito; e volta-se para um bem inferior, quando ama os prazeres do corpo. Desse modo, o homem torna-se orgulhoso, curioso e dissoluto; e fica sujeito a um tipo de vida a qual, em comparação à vida superior anteriormente descrita, é antes morte. Apesar de tudo, é claro que sua vida continua submissa

ao governo da Providência divina, que põe todas as coisas em seu lugar e retribui a cada um conforme os seus méritos.

> Conforme Agostinho, acontece que aqueles bens desejados pelos pecadores não são maus de modo algum. Tampouco é má a vontade livre do homem, a qual, como se pode averiguar, é preciso ser contada entre os bens médios. Mas o mal consiste na aversão da vontade ao Bem imutável para se converter aos bens transitórios. Por sua vez, essa aversão e essa conversão não sendo forçadas, mas voluntárias, o infortúnio que se segue será um castigo justo e merecido (AGOSTINHO, 1995, p.142).

Desse modo, se pode afirmar que assim o mal, como um problema moral, é capaz de criar na humanidade uma estrutura de morte e injustiça, a partir da vontade livre do homem, o bem praticado e vivenciado de forma digna, justa e honesta e com responsabilidade, é capaz de superar as estruturas malignas e transformar a humanidade num ambiente de paz e fraternidade universal. Isso só é possível quando o ser humano adere ao Sumo Bem, manifesta sua confiança e encontra nele a força necessária para vencer o mal e construir o bem, a paz e a justiça.

### 4.2 A obra da redenção

A redenção constitui o maior bem da humanidade operado pelo Sumo Bem, que num ato de justiça e incondicional bondade, manifestou o seu profundo amor, recriando uma humanidade nova e resgatando-a do poder do mal. Segundo (AGOSTINHO, 1995, p.184), o Verbo de Deus, por quem tudo foi feito e cujo gozo constitui toda bem-aventurança dos anjos, revelou sua bondade e estendeu sua clemência até a miséria humana dos homens "e o Verbo fez-se carne e habitou entre nós" (Jo 1,3.14). Nesse sentido, poderia assim o homem chegar a comer o pão dos anjos, já que Ele mesmo, o Pão dos anjos, se dignou igualar-se aos homens. E desceu Ele até o seio da humanidade, sem, contudo abandonar os anjos. Ele está, ao mesmo tempo, inteiramente junto a eles e inteiramente junto aos homens. Nutre a eles, aos anjos, inteiramente por ser de Deus. E ensina aos homens, por fora, tornando-os capazes de pela fé participarem com os anjos do alimento da vida beatífica.

> Na verdade, a criatura racional nutre-se desse Verbo como de seu melhor alimento. Ora, a alma humana é racional. Está, porém, retida por castigos de seu pecado em liames mortais. Ela é reduzida, assim, a um estado de grande debilidade. Deve esforçar-se para perceber as realidades invisíveis, por conjecturas, através das realidades visíveis. É porque o alimento da criatura

> racional tornou-se visível. Sem nada mudar em sua natureza, revestiu-se da natureza humana, a fim de levar a Ele, que é invisível. Desse modo, Aquele que a alma por seu orgulho abandonara, em seu interior, ela reencontra-o fora dela, na humidade. E só será imitando essa humildade visível que voltará à sua elevação invisível (AGOSTINHO, 1995, p.185).

Para vencer e garantir o seu triunfo sobre o mal, o homem mediante o pleno exercício de sua liberdade, precisa ser submisso ao Criador, sendo fiel a sua Lei e obediente aos seus Mandamentos. O Filho de Deus, revestido de humanidade se submeteu ao demônio, princípio e autor de todo mal. Para isso, nada lhe exigiu com violência. Mas venceu-o pela lei da justiça. Posto que o demônio, tendo enganado a mulher e feito cair o homem por meio dela, certamente animado pelo desejo perverso de causar dano, entretanto com todo direito, pretendia submeter à lei da morte todos os descendentes do primeiro homem (AGOSTINHO, 1995, p.185). Em consequência, esse poder não deveria perdurar senão até o dia em que os poderes malignos deste mundo e suas estruturas injustas poriam o justo à morte, aquele em quem nada podia encontrar digno de morte. E Ele, não somente foi condenado à morte sem crime algum, como também nasceu sem concupiscência alguma, pela qual o demônio subjugava a todos seus cativos, como frutos de sua árvore. Desse modo, para Agostinho, se os homens morrem de morte temporal, que essa morte seja para liquidar sua dívida; e se vivem da vida eterna, que seja para viver naquele que pagou por eles uma dívida que Ele próprio não tinha. Para aqueles, porém, a quem o demônio tiver persuadido de perseverar na infidelidade e no mal, com direito, ele os terá como companheiros na danação eterna.

> Assim, pois, aconteceu que o homem não foi arrancado por violência ao demônio, tal qual este não havia se apropriado por violência do homem, mas por persuasão. Dessa maneira, foi submetido o homem que com direito havia sido humilhado, a ponto de se tornar escravo daquele a quem dera o consentimento para o mal. Isso porque o homem fora menos culpado consentindo ao mal do que o demônio a persuadir a fazê-lo (AGOSTINHO, 1995, p.186).

### 4.3 A lei moral e natural gera o bem.

Segundo o, o homem participa da sabedoria e da bondade do Criador, que lhe confere o domínio de seus atos e a capacidade de se governar em vista da verdade e do bem. (CIC, n.1954, p.516). A lei natural exprime o sentido moral original, que permite ao homem discernir, pela razão, o que é o bem e o mal, a verdade e a mentira. A lei natural se encontra inscrita e gravada na alma de cada um dos homens, porque ela é a razão humana que ordena a

fazer o bem e evitar o mal. Mas essa prescrição da razão não poderia ter força de lei se não fosse a voz e o intérprete de uma razão mais alta, à qual o espírito do homem e sua liberdade deve submeter-se. A lei divina e natural, mostra ao homem o caminho a seguir para praticar o bem e atingir seu fim. (CIC, n.1955, p.517). A lei natural enuncia os preceitos primeiros e essenciais que regem a vida moral. Ela tem como esteio e fundamento a aspiração e submissão a Deus, fonte e juiz de todo bem, assim como sentir o outro como igual a si mesmo. Está exposta, em seus principais preceitos, no Decálogo. Essa lei é denominada natural não em referência à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga pertence, como algo próprio à natureza humana:

> Onde há então, que se acham inscritas estas regras, senão no livro desta luz que se chama verdade? Aí está inserita toda lei justa, dali ela passa para o coração do homem que cumpre a justiça, não que emigre para ele, mas sim deixando sua marca, à maneira de um sinete que de um anel passa para a cera, mas sem deixar o anel. A lei natural outra coisa não é que a luz da inteligência posta no homem por Deus. Por ela, se pode conhecer o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou seja esta lei, Deus deu à sua criação (CIC, 2000, p.517).

Presente no coração do homem e estabelecida pela razão, a lei natural é universal em seus preceitos, e sua autoridade se estende a todos os homens. Esta exprime a dignidade da pessoa e determina a base de seus direitos e de seus deveres fundamentais. Neste sentido, existe sem dúvida, uma verdadeira lei: é a reta razão. Conforme à natureza, difundida em todos os homens, ela é imutável e eterna; suas ordens chamam ao dever, suas proibições afastam do pecado e do mal. (...) É um sacrilégio substituí-la por uma lei contrária; é proibido não aplicar uma de suas disposições. Segundo (CIC, n.1957), a aplicação da lei natural varia muito. Pode existir alguma reflexão adequada à multiplicidade das condições de vida, conforme os lugares, as épocas e as circunstâncias. Todavia, na diversidade das culturas, a lei natural permanece como uma regra que liga entre si os homens e lhes impõe, para além das inevitáveis diferenças, princípios comuns.

> A lei natural é imutável e permanece através das variações da história; ela subsiste sob o fluxo das ideias e dos costumes e constitui a base para o progresso da humanidade. As regras que exprimem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que alguém negue até os seus princípios, não é possível destruí-la nem arrancá-la do coração do homem. Sempre torna a ressurgir na vida dos indivíduos e das sociedades (CIC, 2000, p.518).

A obra excelente do Criador, a lei natural fornece os fundamentos sólidos sobre os quais pode o homem construir o edifício das regras morais que orientarão suas opções (CIC, n.1959, p.518). Ela assenta igualmente a base moral indispensável para a construção da comunidade dos homens. Proporciona, enfim, a base necessária à lei civil que relaciona com ela, seja por uma reflexão que tira as conclusões de seus princípios, seja por adições de natureza positiva e jurídica. Os preceitos da lei natural que assegura o bem e a paz à humanidade, não são percebidos por todos de maneira imediata e clara. Na atual situação, a graça e a revelação que são necessárias a todos os homens em sua condição pecadora, faz com que, as verdades morais possam ser conhecidas por todos e sem dificuldade, com firme certeza e sem mistura de erro. A lei natural propicia ao mesmo tempo, à lei revelada e à graça um fundamento preparado por Deus e em concordância com a obra do espírito (CIC, n.1960, p.518).

## 4.4 O bem moral e a primazia do amor cristão relacionado com a ética de Agostinho

O amor é o fundamento e o núcleo de toda ética agostiniana (ALMEIDA, 2014, p. 2). O amor é visto como aquilo que se pode chamar de motor intimo da vontade humana; pois, o homem diferente dos outros animais, pode ser caracterizado como um ser de vontade que é movido por amor. O amor deve ser uma atividade própria do ser humano, sendo ao mesmo tempo, uma tendência natural para o bem. Nesse sentido, percebe-se que é do interior do coração humano que se encontra o amor e é dele que irá proceder o bem, o que resulta na máxima agostiniana: "ama e faze o que quiseres". Segundo ALMEIDA (2014), o problema moral que se coloca em questão com relação ao bem é saber o que é necessário amar e não saber se é necessário amar. Portanto, esse problema que está relacionado com a liberdade, tem tudo haver com a reta escolha das coisas amadas e com a medida que as coisas são amadas. Em outras palavras, o problema diz respeito à reta ordem do amor; se o amor pode ser visto como a vontade, a virtude suprema é também o amor supremo.

Na hierarquia das coisas a serem amadas o amor é o parâmetro que deve ocupar o primeiro lugar (ALMEIDA, 2014, p.3). O amor faz com que o homem ame quilo que deve ser amado. Só assim, existirá a virtude que traz consigo o bem viver. Sendo assim, Deus ocupa o primeiro lugar dentro da hierarquia das coisas a serem amadas: o Criador sendo verdadeiramente amado, deve ocupar o centro de todas as coisas, pois, as mesmas existem em

função Dele. Para Agostinho, é esse amor verdadeiro que torna o ser humano uma pessoa reta e feliz.

> Portanto, toda moralidade agostiniana tem como força maior a ideia do amor, que é visto como a medida e o peso da vontade humana. As tendências dos pesos são como que os amores dos corpos, quer busquem por sua leveza, subir, pois, como ânimo é levado pelo amor aonde quer que vá, assim também o corpo é por seu peso. O tema central da moral da qual o homem é guiado é o amor pelo bem supremo, a caridade. "A caridade deve ser vista como um peso interior, que leva alma em direção a Deus: 'Meu peso é o meu amor; por ele sou levado para onde sou levado". Nesse sentido, a caridade deve ser entendida como o amor verdadeiro pela qual se possibilita amar o que o que se deve amar. Sendo ela o amor, esta deve assemelhar-se a um dos pesos que levam a vontade em direção ao seu objetivo. Será sempre o amor divino que direciona as vontades humanas ao seu fim feliz e definitivo (ALMEIDA, 2014, p.3).

O amor para com Deus vivenciado de forma integralmente realizado, diz respeito a uma vida integralmente realizada. Um amor que chegou a seu ponto de perfeição, é capaz de preencher a alma humana inteira. Sendo assim, essa alma completamente preenchida se torna capaz de fazer as coisas por pura caridade. Pois, cada um dos seus atos seria um perfeito amor provindo de Deus, sendo que tudo que se fosse fazer seria bom, de uma bondade inviolável (ALMEIDA, 2014, p.4). Para o homem viver uma vida de caridade é preciso que Deus esteja nele, pois Ele é a própria caridade.

> Segundo Agostinho, o amor ao próximo (a caridade), é visto como a força motriz de toda socialização entre os seres humanos. O amor é o poder basilar da vontade que culmina na liberdade para Deus, supremo Bem. Esse amor direcionado aos homens, por causa de Deus, é a caridade. É pela caridade que Agostinho constrói uma ponte entre o homem individual e o homem social. Isso ocorre devido ao fato de que a realização do amor em Deus exige a realização do amor entre os homens. Por causa da caridade, o amor assume uma dimensão social, enquanto princípio de socialização do homem (ALMEIDA, 2014, p.4).

Agostinho compreendia que ao criar os seres humanos, Deus os dotou de liberdade e vontade, por isso eles têm a capacidade de seguir a reta ordem ou transgredi-la. Segundo Almeida (2014), diante da ordem do amor, a antropologia agostiniana deve ser interpretada em sua essencial significação ética. Nesse sentido, a unidade do homem é pressuposta ao ser vivida existencialmente no exercício dos graus ordenados do amor. É esse exercício que confere ao ser humano a retidão ética exigida pelo preceito do viver bem.

> Quando o ser humano ama de forma livre, ou seja, por sua livre vontade, tendo como base a ordem natural e eterna que o próprio Criador colocou dentro do interior de todos os homens, estará vivendo a autêntica ordem do amor. É esta a virtude do amor ordenado que possibilita aos seres humanos usarem de forma ordenada e digna, os bens e até mesmo os males desta vida, trazendo a garantia da verdadeira paz (ALMEIDA, 2014, p.7).

Portanto, o ser humano encontrará a paz quando ordenar seu amor. Amando de forma ordenada e justa, o homem alcança a felicidade e a paz, sendo que felicidade e paz, no pensamento agostiniano se relacionam. Em Agostinho, o ser humano que é virtuoso ama a Deus, não pelo fato de cumprir um mero dever, mas por desejar o Criador. (ALMEIDA, 2014, p.7). Deus será então aquele que deve ser amado acima de todas as coisas, pois o amor as outra coisas é posterior ao amor a Deus. A virtude do amor não apenas conduz o ser humano a amar de forma reta todas as coisas, mas também desperta e ordena o seu amor em direção ao Criador.

# CONCLUSÃO

A partir do estudo empreendido no campo da área de pesquisa sobre o problema do Mal moral na humanidade na concepção agostiniana em âmbito filosófico, é possível apresentar uma categoria fundamental de suas dimensões e compreensão do mesmo. Agostinho demonstra em sua filosofia que o caminho percorrido, na busca da origem do mal e estudo da vontade humana, é um caminho que implica duas vias: Fé e Razão. Por isso, o filósofo aborda a relação entre essas duas vias e a importância de o homem permanecer na busca da sabedoria de modo a abraçar a verdade sublime, o Deus Criador e Onipotente.

Agostinho reconhece a existência de Deus, autor de todo bem, mostrando assim que o mal consiste no afastamento, através do livre arbítrio, daquele que é a fonte da perfeição e da felicidade. Nesse sentido, a partir da observação e do pensamento agostiniano, faz-se necessário mostrar, como a vontade é um elemento fundamental, para guiar a ação do homem, desde o conhecimento e a interação com as coisas existentes no mundo até a fluição e amor daquele que tudo transcende, Deus.

Diante do atributo de ser livre, a vontade humana é responsável por direcionar-se segundo as virtudes, de modo a alcançar o desejo tão buscado pelo homem, a felicidade. Vale ressaltar que no contexto da discussão sobre a origem do mal, em função da argumentação empreendida por Agostinho e Evódio, o livre arbítrio da vontade merece sempre um lugar de destaque.

O mal na humanidade como consequência da liberdade humana está intimamente ligado a esse poder concedido ao homem, através do qual ele pode querer e optar pelo bem, ou desviar-se e perder-se no mal. Desse modo, se pode perceber e compreender que Agostinho reconhece o livre arbítrio como o único responsável pelas ações morais do homem.

Ao lado desse atributo da liberdade humana tão relevante para o pensamento agostiniano, existe um Criador que é presciente e previdente sobre todas as coisas. Diante dessas duas realidades, o livre arbítrio da vontade humana e a presciência divina, é preciso destacar como são perfeitamente conciliáveis e não se opõem em momento algum. O mais interessante em trabalhar essas questões, deve-se ao fato de que Agostinho não desenvolve em o "livre arbítrio", um problema ultrapassado, sem relevância filosófica. Mas pelo contrário, trata-se de um tema atual e de importância decisiva em todo percurso da história da humanidade. Portanto, a origem do mal e o problema da responsabilidade do homem pelos

seus atos livre, são questões sérias que desafiam constantemente, o pensamento humano e são comuns entre os homens de todas as épocas.

A concepção que Agostinho tem do mal, está baseada na teoria platônica, assim o mal não é um ser, mas sim a ausência de outro ser, o bem. O mal nesse sentido, é aquilo que "sobraria" quando não existe mais a presença do bem. Deus seria a completa personificação deste bem, portanto não poderia ter criado o mal. Na concepção agostiniana, o homem é dotado de racionalidade e possui uma vontade livre que em si já é um bem, isso possibilita que cada ser humano em particular pode discernir que caminho seguir: para que se volte ao Bem Supremo, Deus e, assim alcançar a beatitude, isto é, a felicidade; ou d'Ele se afastar preferindo os bens inferiores da criação, em que consiste o mal moral, ou seja, o pecado e infelicidade humana. Com efeito, a vontade humana é mestra de si mesma, e somente dela depende o mau uso do bem que ela é. E tanto mais livre se torna quando mais se conforma à ordem, submetendo-se a Deus.

Em suma, o livre arbítrio é o sujeito moral que consiste na dimensão da autonomia que permite ao homem responsabilizar-se pelos seus atos. Portanto, o mal é um caminho pelo qual, segundo a filosofia agostiniana, a vontade livre pode enveredar, porém, não no sentido de que existam coisas más a escolher já que tudo o que existe é bom nem tampouco de que seja da essencialidade do livre arbítrio o ato de pecar, pois Deus o deu para que o homem viva retamente. De fato, quem não é livre, não pode pecar, contudo, sem a possibilidade de pecar ou agir retamente, de infringir ou seguir a ordem divina, o homem não teria a autonomia para buscar a verdadeira felicidade ou renega-la nem poderia, consequentemente, conhecer a justiça de Deus. Sobre a essencialidade do livre arbítrio e a concepção de justiça divina, Agostinho conclui: É verdade que o homem em si seja certo bem e que não poderia agir bem, a não ser quando, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido para esse fim, pode se compreender logo, pela única consideração de que, se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele consequentemente, os castigos da parte de Deus.

Agostinho, durante sua trajetória de investigação e busca de compreensão da problemática do mal, foi capaz de afirmar racionalmente que o livre arbítrio da vontade humana é uma condição necessária para o homem fazer o bem ou praticar o mal; alcançar a felicidade da comunhão em Deus, ou afastar-se d'Ele definitivamente.

Acrescenta-se finalmente que, ao chegar ao final do processo de construção deste trabalho, foi possível ter uma visão geral da pesquisa sobre o problema do Mal moral tanto no passado da humanidade, quanto na atualidade e ampliar sua compreensão a cerca do tema no contexto da filosofia agostiniana, captando algumas consequências advindas da análise, aprofundando os conhecimentos e a capacidade de pesquisa e reflexão, adquiridos ao longo do curso de Licenciatura em Filosofia.

# REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AGOSTINHO. **A Natureza do Bem**. Tradução e Notas de Mário A. Santiago de Carvalho. Porto: Sétimo Selo, 2005.

AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1984.

AGOSTINHO. **O Livre-arbítrio**. Tradução e Notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

CARVALHO, Mário a. Santiago de. Introdução. In: Agostinho, Medievalia Texto e estudos: Santo Agostinho, natureza do bem. Tradução e Notas de Mário A. Santiago de Carvalho. Porto: Sétimo Selo, 2005.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 2000.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. **O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho**, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3552/1/2010_Art_GNCoutinho.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2018.

COSTA, Ricardo. Tempo e eternidade na Idade Média. Número 11, **Revista Mirabilia**, jun-dez. 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/18416224.pdf. Acesso em: 17 de setembro de 2018..

COSTA, Marcos Roberto N. **Introdução ao Pensamento ético-político de Santo Agostinho.** São Paulo: Loyola, 2009. 214 P.

MANHIÇA, Alfredo. **A filosofia da paz segundo St. Agostinho** intervenção na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da UCM de Quelimane, pela Ocasião do Dia do Padroeiro, 28. 08. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/17173889/A_Filosofia_da_Paz_no_Pensamento_de_Santo_Agostinho. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SILVA, Elias Gomes da. **O tema da liberdade em Agostinho obra o livre-arbítrio.** Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 6, n. 10, jul/dez, 2012, p. 25-32. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/viewFile/13131/9648. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SILVA, Luis Fernando da. **Fraternidade e superação da violência**. Vida Pastoral – janeiro/fevereiro. 2018. Disponível em: http://www.catequesedobrasil.org.br/noticia/fraternidade-e-superacao-da-violencia. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

BÍBBLIA DE JERUSALÉM, Nova edição e ampliada, PAULUS – São Paulo: 2002.

AGOSTINHO, A GRAÇA (II), Tradução de Agustinho Belmonte – PAULUS, São Paulo: 1999.

SOUSA, Lucas Conceição. O problema do Mal em o Livre arbítrio de Agostinho de Hipona. Revista Pandora do Brasil. Edição 92. Março de 2018.

ALMEIDA, Frederico Soares. O Amor como elemento fundamental na ética de Agostinho. Pensar – Revista eletrônica da FAJE. V.5 n.1, Belo Horizonte: 2014.

NUNES, Mariciane Mores. LIVRE-ARBÌTRIO E AÇÃO MORAL EM AGOSTINHO. Porto Alegre: 2009.

ALMEIDA, Maria Graça Blaya. A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Porto Alegre: 2010.

NADIRI, Paulo César. A BUSCA DE DEUS NOS SOLILÓQUIOS DE AGOSTINHO. Teocomunicação, Porto Alegre, v.41, n.1, p. 150 – 168, jan/jun, 2011.